
Ainda nascem girassóis no Congo: A ausência de interseccionalidade de raça e gênero nos relatórios da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança” e da ONG Working Group on Women Peace and Security¹

Rafaela da Silva Moreira²

Resumo

Embora nas últimas décadas a inserção do debate de gênero tenha aumentado nas discussões para a construção da Paz e do Futuro, o tema segue sendo abordado de forma superficial. Quando em situações de conflito, outras questões interseccionais aos debates de gênero precisam ser consideradas, como é o caso das questões de raça. No presente artigo são analisadas perspectivas e propostas de uma organização não governamental - *NGO Working Group on Women Peace and Security* - atuante em parceria com a ONU na República Democrática do Congo (RDC) desde a divulgação da Resolução 1325 da ONU, que deu início à Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS). Foram analisados trinta e cinco relatórios da ONG e do Conselho de Segurança da ONU, além de discursos e pontos de ação mensais, referentes ao período de 2007 a 2015. As análises tiveram por base bibliografia atinente ao tema e que trata das interseccionalidades de gênero e raça, considerando a convergência, ou a falta dela, com a Agenda Mulheres, Paz e Segurança, bem como a adoção de medidas de caráter interseccional.

Palavras-chave: Agenda Mulheres, Paz e Segurança; ONU; ONGs; Congo.

“Tirem seus rosários dos nossos ovários
Nosso corpo é um território livre
Nossa mente descolonizou
Mirei no seu peito e cê’ nem viu
Mais ligeira que a bala de fuzil
É a semente que brota do amor”
(Funmilayo Afrobeat Orquestra)

INTRODUÇÃO

Em Outubro de 2025, a Agenda “Mulheres, Paz e Segurança” (MPS) completará vinte e cinco anos. No entanto, é preocupante que após tanto tempo a Agenda ainda apresente graves falhas não apenas em garantir a segurança de mulheres e crianças, mas também em promover a participação feminina nos processos de construção da(s) Paz(es). A Agenda teve

¹ O artigo possui ligação com a pesquisa de doutorado da pesquisadora Kimberly Alves Digolin desenvolvida no PPGRI San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, Puc-SP), cujo título é "A incorporação das diretrizes de gênero às operações de paz da ONU".

² Graduanda em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi pesquisadora de Iniciação Científica do Ensino Médio com bolsa PIBIC JUNIOR CNPq.

início com a aprovação da Resolução 1325 pelo Conselho de Segurança da ONU em 2000, sendo um importante, porém curto, passo em prol da equidade de gênero para a promoção da paz. Sua adoção também sofreu críticas por se mostrar uma resolução que não afrontou as acusações de consentimento da ONU com os abusos e assédios sexuais cometidos por seus soldados em missões de paz na mesma época.

Mesmo que seja um marco e um instrumento extremamente importante, pois auxilia diversas mulheres em situações de conflito, as abordagens são ainda superficiais, não procurando entender o que aquela parcela da população procura, incorporando políticas ocidentais na resolução de problemas e conflitos em qualquer parte do mundo. Além disso, mais de duas décadas depois de sua criação, diversos relatos comprovam a existência de abusos sexuais no âmbito da Organização e que são ignorados por ela (Bell; Kotecha, 2022; Conselho de Segurança, 2000; ONU MULHERES). Para buscar lidar com esses impasses, a ONU conta com a ajuda de organizações não-governamentais (ONGs) que estão nos locais de conflito e periodicamente enviam relatórios e análises sobre a evolução e implementação da Agenda MPS.

Neste artigo, o problema central foi desvendar “quais são as perspectivas e propostas das organizações não-governamentais para a implementação da Agenda “Mulheres, Paz e Segurança” da ONU?”, a partir de uma revisão bibliográfica e da análise de cerca de quarenta relatórios da ONG Working Group on Women, Peace and Security - que atua em quase cinquenta países para auxiliar a implementação da Agenda MPS. Para responder a essa pergunta, buscamos compreender a relação entre gênero, paz e segurança; debater a importância das ONGs no processo de promoção da paz e da igualdade de gênero; analisar a estrutura e o alcance do Grupo de Trabalho de ONGs sobre Mulheres, Paz e Segurança; bem como analisar e sistematizar os Relatórios e Planos de Ação Mensais elaborados pelo Grupo de Trabalho de ONGs sobre Mulheres, Paz e Segurança desde 2009.

SEXO, GÊNERO, INTERSECCIONALIDADE

Em um primeiro momento, se faz necessário entender e distinguir gênero e sexo, conceitos que são frequentemente tratados como semelhantes, mas que possuem significados distintos. Gênero representa uma construção social, sendo uma invenção de categorias baseadas em papéis sociais, muito além de uma separação biológica entre os seres humanos. É

um fenômeno histórico e cultural baseado em contextos sociopolíticos, econômicos e arquitetônicos de determinada cultura baseado em necessidades dos seres locais, sendo bem mais que um fundamento materialista de “ser ou não ser” ou com regras fixas e pouco mutáveis (OYĚWÙMÍ, 2021).

Sob esta perspectiva, o sexo se baseia em uma bio-lógica adotada pelos seres humanos para separar indivíduos a partir de seus órgãos reprodutores. No entanto, essa separação foi instrumentalizada não apenas para diferenciar indivíduos, mas para legitimar relações de poder entre eles. Essa ideologia é chamada de “determinismo biológico”, uma vez que se utiliza do argumento biológico para referendar determinada interpretação do mundo social. No Ocidente³, os papéis sociais são associados ao sexo, ou seja, não existe gênero sem sexo, pois um se torna complemento do outro. Isto é, a noção de que para existir a categoria “Mulher” é necessário que exista seu oposto, aquele que possui a “parte que falta”, este denominado “Homem” (OYĚWÙMÍ, 2021).

Por essa linha de pensamento, é essencial que o gênero esteja em uma perspectiva fixa e inalterável, em que qualidades femininas e masculinas são intrínsecas e universais, desconsiderando o meio em que as pessoas vivem, seu contexto cultural e histórico (GONZALES, 2020; OYĚWÙMÍ, 2021). Este ponto traz a questão do que é pertencer à categoria mulher na sociedade Ocidental, uma vez que no Sistema Econômico Capitalista Neoliberal a feminilidade pode ser comprada, da mesma forma que a liberdade humana também é ligada à capacidade de comprar e/ou vender para obter seu próprio lucro sobre aquele investimento (FRASER, 2024). Além disso, essa perspectiva é preconceituosa, pois reduz a identidade ao corpo, ignorando pessoas transsexuais, travestis e não-binárias. É importante ressaltar que essa perspectiva foi reforçada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) durante vinte e oito anos, uma vez que a instituição considerava essas pessoas como portadoras de doenças mentais, só revogando oficialmente esta alegação em 2019 (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2028; World Health Organization, s. d.).

Ademais, essa ideologia justifica e naturaliza a hierarquia de gênero, podendo ser vista como uma forma de estruturar o poder, trazendo possibilidades distintas para cada pessoa.

³ Nesse artigo, o termo “*Ocidente*” foi utilizado para referir a perspectiva histórico-política da colonização belga que impôs padrões binários de gênero na República Democrática do Congo. Essa comparação enfatiza que a relação com o corpo e as pessoas ao redor eram diversa na RDC, e não necessariamente ligadas com o conceito de “homem” e “mulher”. Além disso, remonta mais uma estratégia utilizada na escravização para além dos corpos, e promove uma violenta tentativa de apagamento da cultura local e práticas ancestrais.

Para autores como Galtung (1990), a linguagem é uma forma de refletir e reproduzir as existências das relações de dominação e submissão, estando diretamente ligada às violências físicas, estruturais e culturais. A determinação de estereótipos, portanto, pode ser compreendida como um tipo de violência que oprime e oferece oportunidades desiguais de ser e viver, sendo necessário desestabilizar e romper com esses paradigmas. Por exemplo, mulheres também podem se utilizar de recursos violentos, eventualmente se armando e participando como combatentes em guerras por seus próprios direitos. Ainda que este comportamento seja considerado atípico delas e que, durante a história, tenham sido enraizados estereótipos na tentativa de deslegitimar que “elas também querem e podem lutar pelos seus direitos”, buscando explicações outras como o instinto materno, expondo-as às mais cruéis facetas relacionadas a problemas mentais e falta de sexo (CONFORTINI, 2006; SJOBERG; GENTRY, 2007; OYĚWÙMÍ, 2021).

Para além disso, lutar por uma igualdade de gênero sempre foi pauta das mulheres desde que essa estrutura de poder foi estabelecida, mesmo que só tenha sido mais reconhecida como tal no século XIX, a partir do chamado Movimento Feminista. Vale destacar que o feminismo passou por mudanças com o passar do tempo, de um movimento liberal que só atendia as demandas de mulheres cis, brancas e ricas para feminismos, com diversas vertentes, a fim de englobar mulheres de todas as interseccionalidades, bem como uma luta que busca igualdade para todos que desafiam o sistema atual. Essa ampliação no movimento entendeu que, na mesma medida que a categoria “Mulher”, a do “Homem” também deve ser reconstruída, pois nessa estrutura um é intrínseco ao outro, sendo mais do que necessário a participação destes na luta por uma sociedade mais justa e igualitária (ADICHIE, 2014; GONZALES, 2020; HOOKS, 2018; HOOKS, 2019).

Durante a evolução do movimento feminista, mulheres negras já lutavam para que seus direitos fossem incorporados. “E eu não sou uma mulher?” foi a pergunta feita junto ao discurso improvisado por Sojourner Truth, uma ex-escravizada, na Convenção das Mulheres em Akron, Ohio, em 1827, onde se discutiam as próximas pautas do movimento. O questionamento foi importante para que aquelas mulheres entendessem que nem todas estavam sofrendo pelos mesmos conflitos, e que pessoas que ocupam camadas sociais diferentes sofrem diferentes tipos ou níveis de violência de formas diferentes. Esse conceito é denominado Interseccionalidade, entendendo que as diversas características dos seres

humanos não interferem na vida do indivíduo separadamente e quanto mais distante do padrão Homem cis, branco e rico, mais propensa a pessoa pode ser atingida por uma violência física, estrutural e cultural. No feminismo, esse termo é essencial para compreender que as experiências das mulheres em relação às estruturas opressoras são complexas e variadas, sendo necessário analisar as questões de gênero de forma interconectada com as questões de raça, classe, entre outros. É necessário reconhecer este ponto na luta feminista, propondo uma abordagem inclusiva que leva em conta as diferentes formas de opressão, promovendo uma visão mais abrangente do feminismo, que luta não apenas para a igualdade de gênero, mas também pela justiça social, independentemente de suas interseccionalidades (hooks, 2018; hooks, 2019; Ribeiro, 2019).

Na tentativa de incluir todas e não haver mais rivalidades femininas, a vertente liberal advoga pela *sororidade* entre as mulheres, entendendo que todas fazem parte de uma mesma luta e, por isso, não deveriam haver divergências internas. Porém, esse termo pode ser utilizado para o apagamento de interseccionalidades, uma vez que entende todas as mulheres como iguais e acaba desconsiderando que os problemas enfrentados por mulheres negras vão além da equidade de gênero. Entendendo isso, o Feminismo Negro adota a *doloridade* como união das mulheres negras, compreendendo-as enquanto irmãs de luta e de dor. O conceito explora todas as vivências tidas por ser mulher e ser negra; todas as dores existentes por parte de sua história e ancestralidade como vítimas do colonialismo, massacres, exploração, estupros e, mesmo nos dias atuais, com os preconceitos contínuos. Mulheres negras são irmãs dessa dor, que é encontrada no olhar de quem já vivenciou aquilo, infelizmente, mais de uma vez (AKOTIRENE, 2021; GONZALES, 2020; HOOKS, 2019).

Um dos principais exemplos dessa dor é o racismo, que, embora frequentemente associado a atos diretos e explícitos de discriminação, transcende ações físicas e intencionais, que representam apenas a “ponta do iceberg” das formas pelas quais pode ser vivenciado. Esse entendimento é ilustrado na animação *Homem-Aranha: Através do Aranhaverso* (2023), segundo filme protagonizado por Miles Morales, um jovem negro que se torna um super-herói após ser picado por uma aranha que originalmente não lhe era destinada. Essa premissa conecta dois pontos centrais da obra ao tema do racismo estrutural abordado nesta pesquisa.

O primeiro ponto ocorre quando Miles é excluído da convenção dos Homens-Aranha, conhecida como "Aranhaverso", pelo fato de que a origem de seus poderes não corresponde

ao cânone dos demais. Esse momento evidencia a experiência de não-pertencimento, comum para pessoas negras em espaços predominantemente brancos. Apesar de Miles ter se apropriado e evoluído em seu papel como o Homem-Aranha do Brooklyn, ele é marginalizado, e a situação se agrava quando se revela que quem o excluiu é Miguel O'Hara, uma personagem também não-branca, que adquiriu seus poderes de forma diferente dos demais. Esse cenário exemplifica como o racismo estrutural, assim como outras formas de opressão, pode ser perpetuado até mesmo por aqueles que também sofrem seus constrangimentos, reproduzindo padrões de exclusão e discriminação. O segundo ponto é a aplicação do conceito do afrofuturismo na história de Miles: embora seu destino original não fosse ser o Homem-Aranha, ele modifica o presente para construir um novo futuro. Essa filosofia africana, que sustenta a ideia de que pequenas mudanças no presente têm o poder de transformar o futuro, reflete-se na trajetória de Morales que, ao contrário de sua contraparte na Terra 42, assume a identidade de super-herói em vez de anti-herói, personificando o poder da reinvenção e resistência.

A AGENDA MULHERES, PAZ E SEGURANÇA NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO,

Assim como Miles Morales desafia as barreiras impostas para construir sua própria identidade e ocupar um espaço que inicialmente lhe era negado, a República Democrática do Congo (RDC) também percorre uma trajetória de resistência e reinvenção por sua história. A história do país é marcada pelo processo de colonização violenta e pelas explorações, como no caso da Conferência de Berlim, em 1885, quando o Estado Livre do Congo foi concedido para o rei belga Leopoldo II. Somente 75 anos depois o país teve declarada a sua independência, elegendo Patrice Lumumba como primeiro-ministro - que foi assassinado pouco tempo depois. Um golpe de Estado foi efetuado em 1965 e gerido por mais de trinta anos por Mobutu Sese Seko, período este marcado por muita violência e repressão aos seus opositores. O regime teve seu declínio no começo da Primeira Guerra do Congo (1996-1997), levando Laurent-Désiré Kabila ao poder (Conselho de Segurança, 2003; Conselho de Segurança, 2012; Rossi 2022; Rossi, 2023).

Um ano após o conflito, teve início a Segunda Guerra do Congo (1998-2003), envolvendo outros diversos países da região, causando tensões e uma crise humanitária que

perdura até os dias atuais. Em 2003, a ONU interveio por meio da Missão da Organização das Nações Unidas no Congo (MONUC, atual Missão da Organização das Nações Unidas para Estabilização na República Democrática do Congo- MONUSCO) na tentativa de construir uma paz e proteger os civis. Porém, a partir de 2009, a República passou a enfrentar diversos desafios com grupos armados como Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP) e o Movimento 23 de Março (M23), causando novos deslocamentos forçados, destruindo a pouca paz construída, tendo casos de estupro como arma de uma guerra e criando uma grande instabilidade política no país (Conselho de Segurança, 2003; Conselho de Segurança, 2012; Rossi 2022; Rossi, 2023).

Nestes contextos de extrema das violências, há Organizações Não Governamentais que atuam com a ONU no sentido de promoverem a Agenda Mulheres, Paz e Segurança. Dentre elas, na RDC, a ONG Working Group on Women, Peace and Security realiza a implementação da Agenda desde 2007. A ONG elabora relatórios a serem encaminhados à ONU como forma de analisar a situação e avaliar a efetividade da Agenda no país.

Trinta e cinco relatórios de 2007 a 2015 foram analisados, o que permitiu uma visão mais abrangente de como a ONG avalia os resultados da implementação da Agenda. No quadro a seguir são apresentadas as principais recomendações para o Conselho das Nações Unidas perante os desafios enfrentados:

Quadro 1 - Recomendações da ONG para a ONU

Recomendações	Quantas vezes a mesma recomendação foi feita?	Quando aconteceu?
Implementar a Agenda MPS de forma integral nas Operações de Paz (OP)	6	Out, 2007; Nov, 2008; Jan, 2015; Set, 2015; Out, 2015, Dez, 2015.
Acabar com a impunidade dos crimes, principalmente os de Violência Sexual e de Gênero (VSG) e obter processos com imparcialidade e transparência	16	Out, 2007; Out, 2009, Dez, 2009; Mai, 2010; Nov, 2011; Dez, 2011; Jun, 2012; Set, 2013; Dez, 2013; Mar, 2014; Dez, 2014; Jan, 2015; Mar, 2015; Ago, 2015; Out, 2015; Dez, 2015.
Ajuda para proteção de civis em deslocamento forçado ou conflitos armados	20	Nov, 2008; Dez, 2009; Set, 2010; Dez, 2010; Jun, 2011; Nov, 2011; Dez, 2011; Out, 2012; Dez, 2012; Jan, 2013; Mar, 2013; Jun, 2013; Dez, 2013; Dez, 2014; Fev, 2015; Mar, 2015; Agos, 2015; Set, 2015; Out, 2015; Dez, 2015.
Participação das mulheres em debates e tomadas de decisão para construção da paz e futuros e desarmamento.	20	Nov, 2008; Out, 2009; Mai, 2010; Set, 2010; Jun, 2012; Out, 2012; Mar, 2013; Jun, 2013; Set, 2013; Dez, 2013; Jan, 2014; Mar, 2014; Dez, 2014; Jan, 2015; Fev, 2015; Mar, 2015; Ago, 2015; Set, 2015; Out, 2015; Dez, 2015.
Proteger mulheres e meninas de violências sexual e de gênero, com foco nas defensoras dos Direitos Humanos e reunir dados, com a integração de gêneros nos relatórios.	22	Nov, 2008; Out, 2009; Dez, 2009, Mai, 2010; Nov, 2011; Dez, 2011; Out, 2012; Dez, 2012; Jan, 2013; Mar, 2013; Set, 2013; Dez, 2013; Jan, 2014; Mar, 2014; Dez, 2014; Jan, 2015; Fev, 2015; Mar, 2015; Ago, 2015; Set, 2015; Out, 2015; Dez, 2015.
Ajuda e assistência humanitária e cumprimento dos Direitos Humanos nas Operações de Paz	19	Abr, 2010; Mai, 2010; Jun, 2011; Dez, 2011; Out, 2012; Dez, 2012; Jan, 2013; Mar, 2013; Jun, 2013; Set, 2013; Dez, 2013; Jan, 2014; Mar, 2014; Dez, 2014; Jan, 2015; Fev, 2015; Set, 2015; Out, 2015; Dez, 2015.
Mudanças na organização e construção das Operações de Paz, com mais fiscalização nos processos	9	Dez, 2010; Jun, 2011; Nov, 2011; Jan, 2013; Set, 2013; Jan, 2014; Jan, 2015; Out, 2015; Dez, 2015.
Direito ao sufrágio feminino e participar de forma integral dos processos políticos e eleitorais	4	Nov, 2011; Mar, 2015; Set, 2015; Dez, 2015.
Implementação da Virada Local nas Operações de Paz e engajamento da sociedade local	3	Jun, 2012; Jan, 2015; Out, 2015.
Ajuda na distribuição de alimentos	1	Jan, 2015.

Fonte: Elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os relatórios, é possível analisar uma repetição em algumas recomendações, como *“Proteger mulheres e meninas de violências sexual e de gênero, com foco nas defensoras dos Direitos Humanos e reunir dados, com a integração de gêneros nos relatórios”*, mencionado vinte e duas vezes em diferentes relatórios. O mesmo acontece com *“Participação das mulheres em debates e tomadas de decisão para construção da paz e futuros e desarmamento”* e *“Ajuda para proteção de civis em deslocamento forçado ou conflitos armados”* com vinte repetições cada. A partir disso, compreende-se que: primeiro, os problemas focados eram os mesmos; e, segundo, esses problemas nunca eram resolvidos.

Além disso, nenhum relatório possui interseccionalidade de raças ou etnias e ainda no início da abordagem da ONG a abordagem de gênero ainda era pouco tratada, mesmo com a implementação da Agenda MPS. Cabe ressaltar que a RDC possui um passado colonial ainda muito vivo e que as violências sofridas ainda reverberam nos dias atuais, principalmente no racismo físico e estrutural pois como é desenvolvido durante o texto pessoas não-brancas também podem cometer esses atos. Nesse sentido, inserir a raça e etnia nos arquivos realizados tanto pela ONG como pela ONU ajudariam a entender os níveis em que a violência já atingiu no país, uma vez que pessoas com diferentes interseccionalidades sofrem de formas diferentes em um mesmo conflito e os estereótipos sexualizados criados sob a racialização de um povo, sobretudo as mulheres negras, como objetos de prazer antes de serem identificadas como seres humanos contribui para o alto avanço das estatísticas de VSG porque independente de quem atua nessa violência repete o que foi feito durante anos de colonização pelos belgas.

A ONU possui diversas lacunas na implementação da Resolução 1325, mas as críticas apresentadas pela Working Group on Women, Peace and Security seguem as mesmas diretrizes, também sendo circulares, verticais e excludentes. Por mais importante que seja o trabalho de campo e ajuda humanitária realizado pela Organização Não Governamental, a falta de inserção de raça nos debates é grave por se tratar de um país predominante negro, prevalece uma perspectiva liberal na implementação da Agenda.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, CHIMAMANDA N.BAUM, C. D. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2015.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coord. Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).
- BELL, Sarah; KOTECHA, Sima. BBC News. Relatos de abusos sexuais na ONU foram ignorados, dizem denunciante. 21 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61877693#:~:text=O%20document%C3%A1rio%20The%20Whistleblowers%3A%20Inside%20the%20UN%2C%20da,de%20se%20manifestarem%20%E2%80%94%20alguns%20foram%20demitidos>> Acesso 04 de nov de 2023.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Organização Mundial da Saúde retira a transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>. Acesso em 31 de Outubro de 2024.
- CONFORTINI, C.C. **Galtung, Violence, and Gender- The case for a Peace Studies and feminism alliance**. Julho de 2006.
- GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, [S.l.], v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022343390027003005>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- FRASER, Nancy. **Destinos do Feminismo: do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2024.
- GONZALEZ, L. **POR UM FEMINISMO AFRO-LATINO-AMERICANO**. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 26 Out. 2020.
- HOMEM-ARANHA: **Através do Aranhaverso**. Direção de Joaquim Dos Santos, Kemp Powers e Justin K. Thompson. Produção de Phil Lord, Christopher Miller. Sony Pictures Animation, 2023.
- HOOKS, B. **O Feminismo é Para Todo Mundo**. 16ª edição. Roda do Ventos, LTDA, 2018. Acesso em Novembro, 2023.
- HOOKS, B. **E EU NÃO SOU UMA MULHER?** [s.l.] Editora Record, 2019.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Security Council Resolution 1325 on Women, Peace and Security**. Nova York: Security Council Report, 2000. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/WPS%20SRES1325%20.pdf>. Acesso 25 de Abril de 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **DRC S/2003/566**. Nova York: Security Council Report, 2003. Disponível em:

<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/DRC%20S%202003%20566.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Security Council Resolution 1888 on Women, Peace and Security**. Nova York: Security Council Report, 2009. Disponível em:
<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/WPS%20SRES%201888.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **UNSCR 1889 (2009) on Women, Peace and Security**. Nova York: United Nations, 2009. Disponível em:
https://www.un.org/shestandsforpeace/sites/www.un.org.shestandsforpeace/files/unscr_1889_2009_on_wps_-english.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Security Council Resolution 1960 on Women, Peace and Security**. Nova York: Security Council Report, 2010. Disponível em:
<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/WPS%20SRES%201960.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **DRC S/2012/65**. Nova York: Security Council Report, 2012. Disponível em:
<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/DRC%20S%202012%2065.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **UNSCR 2106 (2013) on Women, Peace and Security**. Nova York: United Nations, 2013. Disponível em:
https://www.un.org/shestandsforpeace/sites/www.un.org.shestandsforpeace/files/unscr_2106_2013_on_wps_english.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Documentação do Conselho de Segurança (S/2013/523/44)**. Nova York: United Nations, 2013. Disponível em:
<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n13/523/44/pdf/n1352344.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **UNSCR 2242 (2015) on Women, Peace and Security**. Nova York: United Nations, 2015. Disponível em:
https://www.un.org/shestandsforpeace/sites/www.un.org.shestandsforpeace/files/unscr_2242_2015_on_wps_english.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

ONU MULHERES BRASIL. **Paz e segurança**. 2000. Disponível em:
<https://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/paz-e-seguranca/#:~:Em%202000%2C%20o%20Conselho%20de,servi%C3%A7os%20para%20enfrentar%20a%20discrimina%C3%A7%C3%A3o>. Acesso 25 de Abril de 2024.

OYĚWÙMÍ, O. **A INVENÇÃO DAS MULHERES**. [s.l.] Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

ROSSI, Maria Eduarda Kobayashi. **Barreiras para a paz sustentável e inclusiva: um estudo sobre as raízes dos conflitos na República Democrática do Congo**. Relatório da Bolsa de Estágio à Pesquisa no Exterior (BEPE) financiada pela Fundação de Amparo à

Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo 2022/01182-4. Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, 2023.

ROSSI, Maria Eduarda Kobayashi. **“Turning pain to power”: a Cidade da Alegria na construção da paz na República Democrática do Congo (2011-2020)**. Relatório Final de atividades submetido à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo 2021/04480-3. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2022.

RIBEIRO, DJAMILA. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo, Sp: Companhia Das Letras, 2019a.

SJOBORG, Laura; GENTRY, Caron E. **Mothers, Monsters, Whores: Women's Violence in Global Politics**. Londres: Zed Books, 2007.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Statement on UNSC WPS Open Debate, Oct. 2007**. Women, Peace and Security, 2007. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/resource/statement-unsc-wps-open-debate-oct-2007/>. Acesso em: 1 out. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Letter to the SG DRC, November 2008**. Women, Peace and Security, 2008. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/resource/letter-sg-drc-november-2008/>. Acesso em: 5 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, November 2009**. Women, Peace and Security, 2009. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-november-2009/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, December 2009**. Women, Peace and Security, 2009. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-december-2009/>. Acesso em: 28 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, November 2009**. Women, Peace and Security, 2009. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-november-2009/>. Acesso em: 1 out. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, April 2010**. Women, Peace and Security, 2010. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-april-2010/>. Acesso em: 3 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, May 2010**. Women, Peace and Security, 2010. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-may-2010/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, September 2010**. Women, Peace and Security, 2010. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-september-2010/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, January 2011.** Women, Peace and Security, 2011. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-january-2011/>. Acesso em: 10 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, June 2011.** Women, Peace and Security, 2011. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-june-2011/>. Acesso em: 3 out. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, November 2011.** Women, Peace and Security, 2011. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-november-2011/>. Acesso em: 22 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, January 2012.** Women, Peace and Security, 2012. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-january-2012/>. Acesso em: 15 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, June 2012.** Women, Peace and Security, 2012. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-june-2012/>. Acesso em: 2 out. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Open Letter on UNSC WPS Anniversary, October 2012.** Women, Peace and Security, 2012. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/resource/open-letter-uns-c-wps-anniversary-october-2012/>. Acesso em: 6 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, December 2012.** Women, Peace and Security, 2012. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-december-2012/>. Acesso em: 12 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, January 2013.** Women, Peace and Security, 2013. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-january-2013/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, March 2013.** Women, Peace and Security, 2013. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-march-2013/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, June 2013.** Women, Peace and Security, 2013. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-june-2013/>. Acesso em: 17 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, September 2013.** Women, Peace and Security, 2013. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-september-2013/>. Acesso em: 8 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, December 2013.** Women, Peace and Security, 2013. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-december-2013/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, January 2014.** Women, Peace and Security, 2014. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-january-2014/>. Acesso em: 2 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, March 2014.** Women, Peace and Security, 2014. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-march-2014/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, January 2015.** Women, Peace and Security, 2015. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-january-2015/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Trends & Recommendations UNSC 2013-2014, January 2015.** Women, Peace and Security, 2015. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/resource/trends-recommendations-unsc-2013-2014-january-2015/>. Acesso em: 25 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Statement on UNSC Protection of Civilians Open Debate, January 2015.** Women, Peace and Security, 2015. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/resource/statement-unsc-protection-civilians-open-debate-january-2015/>. Acesso em: 2 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Refugees International Report on Congolese Women.** Refugees International, 2015. Disponível em: <https://www.refugeesinternational.org/reports-briefs/congolese-women-what-happened-to-the-promise-to-protect/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, March 2015.** Women, Peace and Security, 2015. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-march-2015/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Oxfam Report on Insecurity in DRC.** Oxfam, 2015. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/research/secure-insecurity>. Acesso em: 5 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **HRW Report on 1325 Implementation, Rights Denial.** Human Rights Watch, 2015. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/supporting_resources/our_rights_are_fundamental_to_peace.pdf. Acesso em: 8 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, September 2015.** Women, Peace and Security, 2015. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-september-2015/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **HRW Report on DR Congo Atrocity Victims.** Human Rights Watch, 2015. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2015/10/01/dr-congo-atrocity-victims-deserve-better-justice>. Acesso em: 14 set. 2024.

WOMEN, PEACE AND SECURITY. **Map, December 2015.** Women, Peace and Security, 2015. Disponível em: <https://www.womenpeacesecurity.org/map/map-december-2015/>. Acesso em: 30 set. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Gender incongruence and transgender health in the ICD.** Disponível em: <https://www.who.int/standards/classifications/frequently-asked-questions/gender-incongruence-and-transgender-health-in-the-icd>. Acesso 17 de Março de 2024.